

POLÍTICA

Em sua visita ao Uruguai, o presidente defendeu o mandato de cinco anos. Mas não explicou o que fará se a Constituinte não concordar com sua pretensão.

Sarney exige o apoio da Aliança

O presidente José Sarney disse ontem, em Montevideu, que não poderá admitir que a sua decisão de permanecer cinco anos à frente da Presidência da República não receba o apoio dos integrantes da Aliança Democrática. "A decisão deve ser apoiada, já apoiou e apoiará", afirmou o presidente referindo-se à Aliança. Sarney garantiu que a decisão de ficar cinco anos na Presidência não é pessoal, mas visa "os grandes interesses nacionais". O deputado Ulysses Guimarães, que assumiu interinamente a Presidência da República, disse que a decisão de ficar cinco anos na Presidência não é pessoal, mas visa "os grandes interesses nacionais". O deputado Ulysses Guimarães, que assumiu interinamente a Presidência da República, disse que a decisão de ficar cinco anos na Presidência não é pessoal, mas visa "os grandes interesses nacionais".

Em entrevista coletiva à imprensa na embaixada brasileira no Uruguai, o presidente Sarney evitou responder, no entanto, que atitude tomará se a Constituinte decidir fixar outro prazo para a duração de seu mandato, como quatro anos, por exemplo. Lembrando que é o presidente de honra do PMDB e patrono do PFL, partidos majoritários na Constituinte, Sarney enfatizou que sua decisão deve merecer o apoio dos membros da Aliança porque tem sido leal aos partidos, bem como vem cumprindo os compromissos firmados pela Aliança Democrática.

Uma alta fonte militar do Palácio do Planalto, que integrava a comitiva presidencial, confirmou que foi cogitada a idéia — "provavelmente pela consultoria jurídica do Executivo Federal" de se solicitar ao Supremo Tribunal Federal parecer a respeito da duração do

mandato de Sarney, caso a Constituinte tome posição contrária aos cinco anos. O militar não esclareceu, porém, como ficou a questão, nem se o presidente foi o autor da idéia.

Reiterando que o País vive um clima de normalidade, a fonte negou qualquer risco ao processo de redemocratização, apesar da crise social, política e econômica, como também não há, na sua opinião, qualquer possibilidade de golpe. O presidente, segundo o militar, conta com o apoio das Forças Armadas e todas as notícias veiculadas de risco de desestabilização são apenas "boatos". Durante a viagem de Brasília a Montevideu, logo após o Boeing presidencial entrar no espaço aéreo uruguaio, o presidente José Sarney perguntou a membros de sua comitiva onde fica "a fazenda de Leonel Brizola?".

O poder não pesa
Bem-humorado, o deputado Ulysses Guimarães confessou ter gostado de assumir a Presidência da República. Sobre seus outros cargos (presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte), Ulysses disse não ter sentido o "peso do fardo", e afirmou que é mais fácil ser presidente do Brasil: "Aqui, pelo menos, as agendas obedecem a um horário rigoroso".

Falando sobre a constituinte, Ulysses achou normal que em princípio não surja um texto perfeito. Mas ele acredita que, ao final dos trabalhos, sairá um texto moderno e progressista. Quanto ao sistema de governo, o deputado-presidente acha que existe uma tendência da maioria dos constituintes por um sistema misto, nem presidencialista nem parlamentarista ortodoxo. Para ele, esse tema exigirá muita

atenção dos parlamentares, para que não seja aprovado um sistema que possa gerar crises de governo.

Sobre o presente, Ulysses afirmou que a inflação é o maior desafio do governo. Apesar de considerar os últimos índices inflacionários bastante elevados, Ulysses preferiu não especular uma catástrofe, mas acrescentou que a recessão precisa ser evitada, em qualquer hipótese.

Apesar de ter gostado da rigidez da agenda presidencial, Ulysses fugiu bastante dela, abrindo espaços para os parlamentares peemedebistas.

Pela agenda, Ulysses despachou com os ministros do SNI, general Ivan Mendes; do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto; da Irrigação, Vicente Fialho; e das Relações Exteriores (interino), Paulo Tarso Flexa de Lima. Fora da agenda, recebeu, pela manhã, o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luciano Mendes; o líder do PMDB na Câmara Luiz Henrique, acompanhado de todos os vice-líderes.

À tarde, o primeiro encontro foi com o líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas. Em seguida, os deputados peemedebistas Robson Marinho (SP), Paulo Macarini (SC), Antônio Brito (MG), Antônio Pedrosa (SP), Heráclito Fortes (PI), Aécio Cunha Neves (MG), Marcelo Castro (PI); o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, e as mesas da Câmara e da Constituinte.

Até a próxima vez

Durante sua breve permanência no poder, assinou quatro decretos relativos à concessão para funcionamento de um curso de letras em Belo Horizonte, de expulsão de

tendente do Hospital das Clínicas, Vicente Amato Neto, e pelo médico chefe da presidência da República, Messias Dias de Araújo Junior, a única afirmação é que Sarney encontra-se em "condições compatíveis com a normalidade".

O presidente foi submetido a exames clínicos, cardiológicos, neurológicos e gastroenterológicos e às seguintes provas complementares de acordo com o boletim médico: eletrocardiograma, eco-

cardiograma com "doppler", eletrocardiografia dinâmica, tomografia computadorizada e análises laboratoriais de sangue.

O presidente que passou ontem à noite em São Paulo somente para fazer os exames veio apenas em companhia dos ministros Bayma Deniz, chefe da Casa Militar, e Abreu Sodré, das Relações Exteriores. Às 22h30 ele deixou o Incor e se dirigiu ao hotel "Ceasar Park" para jantar.



Sarney chegando ao Incor

▶ estrangeiros e um autorização dos Correios e Telégrafos a emitirem selo comemorativo no Dia da Promulgação da Nova Carta Magna



Ulysses respondendo pela presidência

pela Assembléia Nacional Constituinte.

Ao encerrar uma visita ao comitê de imprensa do Planalto no fi-

nal da tarde, Ulysses despediu-se com uma frase de quem não pretende perder o poder de vista: "Até a próxima vez".

PMDB e PFL vão conversar

E também os líderes dos demais partidos estão sendo convocados para um entendimento, capaz de garantir o processo de transição.

Coincidência ou não, a gravidade da crise sócio-econômica e os frequentes conflitos ideológicos (com troca de acusações mútuas e até ameaças físicas) na Constituinte levaram ontem o presidente do PFL, senador Marco Maciel e o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, a defender um pacto com todos os dirigentes partidários a fim de assegurar o êxito do processo de transição política. O ex-ministro do Gabinete Civil não iniciou contatos formais com nenhum partido sobre o eventual acordo, embora já tenha trocado idéias a respeito com o presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho e com o senador José Richa. Este, por sua vez, tem informações de que os presidentes do PDT e do PT, Leonel Brizola e Luiz Inácio Lula da Silva, estariam "abertos" ao diálogo, para conversar e procurar saídas para a crise, "cujo agravamento atingirá a todos, sem distinção", alertou o ex-governador do Paraná.

Fernando Henrique apontou o entendimento político como a saída viável da crise, a fim de se estabelecer medidas objetivas, não-populistas, capazes de evitar o pior. Observou ainda que propostas subjetivas e populistas não resolverão a crise, "que é muito grave".

O líder peemedebista chega a aceitar a hipótese de o ministro Bresser Pereira, da Fazenda, não submeter ao PMDB medidas econômicas, "mas qualquer plano ele terá de discutir com o partido — voluntariamente ou por convocação", frizou.

Na sua opinião, os partidos, a começar pelo PMDB, precisam usar a mesma linguagem — a da austeridade. "Se o governo continuar liberando recursos a Estados e municípios, se não conter os gastos públicos, se não controlar a inflação e os aumentos periódicos de salários, tudo poderá estourar", previu.

Marco Maciel, por seu turno, parte do princípio de que "a crise brasileira é de natureza política", embora tenha como ele chama "reversões de ordem financeira, econômica e social. Se se encon-



F. Henrique

Covas

trar uma saída política, os problemas não desaparecerão. Diminuirão, porém de tamanho". Para tanto, acentuou o ex-ministro, é preciso o entendimento em torno de um plano que também "conjure os riscos que vive o poder civil no País", explicou Maciel.

O presidente do PFL acredita seja, assim, razoável, elaborar um programa mínimo que assegure a manutenção do regime democrático, a continuidade do desenvolvimento econômico, e a luta contra a inflação que contará com o apoio de todos os dirigentes partidários. Ele não importaria em qualquer adesão ao governo Sarney, embora ressalte que a transição somente poderá continuar com o presidente da República.

Divisão

O líder do PFL na Câmara, José Lourenço, afirmou ontem que o presidente do PFL, Marco Maciel, está preocupado com a quebra do diálogo durante os trabalhos nas subcomissões e que o seu partido quer agora, conversar com o líder do PMDB, Mário Covas, na busca de um entendimento. "Queremos uma Constituição que represente as aspirações da Nação e não o pensamento de um grupo minoritário", acentuou.

Parlamentares moderados do PMDB também se mostraram preocupados com a atuação do líder Covas. Alguns deles acham que o senador paulista, pela importância do seu cargo e pela sua influência no partido, não pode e nem deve descer "ao varejo" das subcomissões, como aconteceu, por exemplo, na da reforma agrária.

Outros estão se queixando de que não conseguem espaço para

conversar com o líder, "pois os esquerdistas não o largam um só minuto". Para muitos, Mário Covas está assumindo, claramente, o lado das esquerdas, sem ouvir os moderados e procurar harmonizar a bancada.

O líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique, informou que antontem, durante reunião na residência oficial do presidente Ulysses Guimarães, com os líderes e os oito relatores das comissões, foi examinada a divisão ideológica que está dominando a bancada. Segundo o deputado Arthur da Távola, relator da Comissão de Comunicação, Ulysses ouviu ainda "queixas generalizadas contra o comportamento de alguns peemedebistas na votação de propostas que negam as bandeiras defendidas pelo partido". "A ordem agora é avançar para impedir que as forças conservadoras sejam vitoriosas", disse ele.

Também Mário Covas mostrou-se preocupado com o elevado número de parlamentares do PMDB que não seguiram a linha do partido. "O conflito é ideológico, mas podemos dividir os partidos em dois — os históricos e os fisiológicos. Isso não quer dizer que somente os moderados são fisiológicos", comentou o deputado Hélio Duque (PR).

Para o líder do PDS, o problema é maior. "A esquerda tem formidável capacidade de trabalhar, talvez igual à da Igreja e do Exército. Como a Igreja está quase toda na esquerda, ela está com tudo", denunciou, afirmando que vê infiltração também em sua bancada, onde ele é acusado de "direitista" pelas deputadas Wilma Maia (RN) e Miriam Portela (PI).

Discordando do líder do PDS, o deputado Wladimir Palmeira (PT-RJ), ao falar na Comissão da Ordem Econômica, disse que "a esquerda está em posição claramente desfavorável na Constituinte e que já nem discute mais a possibilidade de dar algumas características socialistas à futura Constituição". Reclamou, também, do grupo político que defende a livre iniciativa, majoritário até o momento, "um mínimo de negociação".